

O desafio do campo de públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro

The challenge of the public policy field in the context of the Brazilian State crisis

Carlos Raul Etulain¹
Milena Pavan Serafim²
Rodrigo Rossi Horochovski³

RESUMO

Na primeira década dos anos 2000, Brasil e vizinhos latinoamericanos experimentaram alguma inflexão da tendência neoliberal de condução da economia que se espalhava a partir do Norte global desde os anos 1980. Mas o movimento também foi acompanhado de contradições, sendo uma das suas marcas dramáticas a associação entre estado e capital via auxílios mútuos — de um lado, subsídios estatais em suas várias formas; de outro, vultosos financiamentos de campanhas eleitorais. Nesse contexto, o campo de públicas também foi impactado, o que se revela, por exemplo, no seu desenvolvimento dentro da universidade brasileira, esta crescentemente instada a apontar caminhos de ação para a política e a economia. No entanto, nos anos mais recentes, a região e o país experimentam uma espécie de retomada da lógica econômico-política que resgata o mote, por vezes retórico, da menor intervenção estatal. Isso sinaliza novos desafios para o campo de públicas, seja na universidade, seja nos outros espaços sociais, dentre eles o estado. Assim, o artigo se propõe a debater a evolução do, e desafios futuros ao, campo de públicas à luz das disputas econômicas que têm o estado como espaço importante. Buscando, assim, compreender qual é o lugar do campo de públicas em particular nessas disputas junto ao direcionamento do Estado.

Palavras chave: Campo de Públicas; Contexto de Crise; Financiamento de Campanhas.

ABSTRACT

During the first decades of the 2000s, Brazil and its latin american neighbours experimented some inflection of the neoliberal tendency of economy conduction that was spreading from the global North since the 1980s. But this movement was also followed by contradictions, one of the most dramatic marks of it being the association between state and capital via mutual support - on one side, state subsidies in its various forms; on the other, large election campaign finantions. In this context, the public policy field was also impacted, which is revealed by, for exemple, its developing inside the brazilian university, that is increasingly urged to point out ways of action for politics and the economy. However, in the most recent years, the region and the country have experienced a new kind of economic-political logic recapturing

¹ Professor-doutor da Faculdade de Ciências Aplicadas/UNICAMP. Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP/2001), doutorado sanduíche na Université de Paris 8, França. Mestre em Economia (IE/Unicamp/1991). Foi bolsista do CNPq. E-mail: carlos.etulain@fca.unicamp.br.

² Professora Doutora do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas/UNICAMP e dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências humanas e Sociais e em Política Científica e Tecnológica, ambos da Unicamp. Atualmente é Coordenadora Geral de Graduação da Faculdade de Ciências Aplicadas. E-mail: milena@ige.unicamp.br.

³ Professor associado da Universidade Federal do Paraná, no Curso de Bacharelado em Administração Pública e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS). E-mail: rodrigorh@ufpr.br.

that rescues the sometimes rhetorical motto of minor state intervention. This signals new challenges for the public policy field, it being on the universities, or on the other social spaces, such as the State. Thus, this article proposes to debate the evolution and the future challenges of the public policy field under the light of the economic disputes that have the state as an important space. Searching, thus, for the comprehension of what is the public policy field's place in particular in those disputes aside of the State's targeting.

Keywords: Public policy field; crisis context; campaign financing..

INTRODUÇÃO

A economia política trata dos problemas de produção e distribuição da riqueza a partir das relações que se estabelecem entre as classes sociais do capitalismo entendendo que a análise econômica não deve se separar da configuração de forças sociais em cada época e lugar. A sintonia das reflexões dos autores clássicos com os problemas da época (o valor e os preços, demanda agregada, riqueza e produção, distribuição dos rendimentos e problemas metodológicos) se delimitava em boa medida pelo enfoque histórico e por narrativas de longo prazo.

No final do século XIX, o termo economia política foi paulatinamente trocado por economia na medida em que foi sendo usado por aqueles que buscavam abandonar a visão de classes da sociedade. Ganha força acadêmica o enfoque matemático, e o problema do valor é substituído pelos axiomas da utilidade e do consumidor. Esta abordagem, dominante no mundo acadêmico contemporâneo e no âmbito das organizações e centros internacionais de poder, se distancia a tal ponto da perspectiva clássica da economia política que inclusive o liberalismo de Adam Smith (liberalismo clássico) se coloca em contradição flagrante com o neoliberalismo de hoje na "revista de tropas" de autores e obras da ciência econômica, sobretudo quando se pensa no papel do Estado e suas incumbências (justiça, educação e saúde). Segundo Harvey (2005, p.2), "o neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas de política econômica que propõe que o bem-estar humano pode ser melhorado através da capacidade individual das liberdades e habilidades empreendedoras, dentro de um quadro institucional caracterizado pelo fortalecimento dos direitos à propriedade privada, liberdade de mercados e de comércio". Nesse contexto, resta ao Estado criar e preservar o ambiente propício para que essas práticas se desenvolvam e se consolidem.

O termo economia política na atualidade se refere aos estudos que tem o seu objeto na economia, mas que são abordados interdisciplinarmente, especialmente a partir da sociologia, o direito e as ciências políticas. Isto para entender os contornos políticos das instituições em cada momento da história e para explicar como a combinação de instituições, classes sociais e organizações em forma interdependente influenciam a conduta dos indivíduos e dos mercados. Na ciência política, o termo se refere principalmente às teorias do liberalismo e do marxismo, que estudam as relações entre a economia e o poder político no espaço do Estado. Destaque-se então que a economia política comporta uma abordagem histórica que não resulta em nada autônoma no sentido de estabelecer a primazia do econômico sobre outras esferas da vida social, mas ao contrário, que formula interpretações na qual convergem de maneira arbitrada diferentes disciplinas para reflexionar sobre a riqueza e sua distribuição na sociedade atual. À economia política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise de sistemas antigos, por isso, aparece como fundante de uma teoria social articulada da vida social.

O modo como a economia política concebe categorias e instituições econômicas (dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, propriedade privada etc.) posiciona sempre uma crítica esclarecedora da vida social que

rebate a ideia de que categorias e instituições econômicas se apresentam como se elas fossem resultados da natureza, quando justamente são produtos históricos das relações humanas.

Dentro dessa concepção analítica, busca-se compreender neste artigo o lugar do campo de públicas no debate e na reflexão acerca da crise político-institucional vivenciada atualmente pelo Estado Brasileiro. Na primeira década dos anos 2000, Brasil e vizinhos latinoamericanos experimentaram uma inflexão da tendência neoliberal de condução da economia que se espalhava a partir do Norte global desde os anos 1980. Mas o movimento também foi acompanhado de contradições, sendo uma das suas marcas dramáticas a associação entre estado e capital via auxílios mútuos — de um lado, subsídios estatais em suas várias formas; de outro, vultosos financiamentos de campanhas eleitorais. Nesse contexto, o campo de públicas também foi impactado, o que se revela, por exemplo, no seu desenvolvimento dentro da universidade brasileira, esta crescentemente instada a apontar caminhos de ação para a política e a economia. No entanto, nos anos mais recentes, a região e o país experimentam uma espécie de retomada da lógica econômico-política que resgata o mote, por vezes retórico, da menor intervenção estatal. Isso sinaliza novos desafios para o campo de públicas, seja na universidade, seja nos outros espaços sociais, dentre eles o estado. Assim, o artigo se propõe a debater a evolução do, e desafios futuros ao, campo de públicas à luz das disputas econômicas que têm o estado como espaço importante.

A ECONOMIA POLÍTICA E A CONFIGURAÇÃO ATUAL DA AMÉRICA LATINA

Para pensarmos a configuração atual dos países de América Latina da perspectiva da economia política, partimos da ideia de que este cenário contemporâneo é resultado de processos históricos específicos, mas que tem nos seus aspectos comuns a sujeição de contingentes de população à escravidão, mais tarde inseridos precariamente no mundo do trabalho da sociedade moderna e competitiva. Inclusive, quando se observam os processos de democratização em América Latina é evidente, na mesma perspectiva, o funcionamento fragmentário e isolado das instituições das regras durante o século XX como consequência deste processo social. Na década de 1990, em consequência da crise da dívida, foram impostas severas restrições ao gasto público em toda a região para dessa forma cobrir o déficit fiscal. Nesse cenário, os gastos públicos sociais foram os que mais sofreram enquanto o Estado recuou seu papel para além dos limites do Estado de Adam Smith e o liberalismo clássico. Diversos sistemas de educação e saúde foram transformados na época em sistemas descentralizados de capitalização, com estímulo à previdência privada e aos planos de saúde particulares. No campo do trabalho, se promoveu a flexibilização contratual e nas áreas de saúde e previdência, a mercantilização das coberturas.

Na atualidade, os países da região se encontram condicionados a movimentos e interesses de conglomerados econômicos e financeiros com poder muitas vezes maior do que algumas governos nacionais. Tais condições reproduzem as assimetrias em termos de direitos e condições de vida e levam ao empobrecimento e à marginalização, quando se agudizam os privilégios em forma desigual na sociedade, se impactam historicamente raças e etnias, gêneros e grupos sociais.

Houve, entretanto, durante o século XXI, um movimento de direção contrária à tradição liberal que se caracterizou por implementar um conjunto de políticas públicas de ampliação das conquistas sociais e da afirmação de direitos da população historicamente excluída. Isto se sustentou porque se produziram contextos políticos que possibilitaram avançar sobre a economia, interferindo na lógica excludente dos mercados. Políticas sociais de transformação das estruturas do empobrecimento e da desigualdade exigem contextos políticos com força política que sustente a implementação de programas sociais e a realização dos direitos da população. Por tanto, processos políticos que trazem avanços sociais diminuem visivelmente as assimetrias como resultado da implementação de políticas públicas integradas e eficazes no acesso da população aos serviços públicos. Essas políticas públicas enfrentam sempre o desafio de se manter ao longo do tempo para poder enfrentar os problemas específicos de organização, intersectorialidade e planejamento que permitam alcançar dimensão universal em cada país, nesse sentido,

a política pública deve ser pensada como processo de reversão do impacto social negativo das estruturas que reproduzem cotidianamente a desigualdade e a pobreza e que precisam de força política que sustente os governos compromissados com elas.

Observe-se a diferença para países de América Latina na década de 90 e na primeira década do século XXI. Entre 1990 e 2002, a distribuição de renda na região foi marcada por grande rigidez, seguindo os aumentos de desigualdade de distribuição acumulados na década de oitenta. Por sua vez, o período 2003 a 2008 foi caracterizado não apenas por um gradativo crescimento econômico, mas também por uma ligeira, porém nítida, tendência de diminuição da concentração de renda. A nível da região como um todo, o índice de Gini caiu cerca de 5% em relação ao valor registrado em 2002 impulsionado, sobretudo, por quedas registradas na Argentina (área metropolitana); no Estado Plurinacional da Bolívia (área urbana); no Panamá (área urbana) e na República Bolivariana da Venezuela, todas superiores a 10%. Brasil, Chile, Equador (áreas urbanas), Nicarágua e Paraguai (áreas metropolitanas) também registraram reduções importantes, da ordem de 7% ou mais, deste indicador. (CEPAL, 2010, p. 174).

No âmbito das políticas que surgiram no século XXI, a mudança é clara uma vez que aparecem projetos contrapostos à tradição neoliberal. As diferenças estão nos tipos de coalisões político-partidárias, no avanço dos discursos que estimulam a universalização dos direitos sociais que, embora declarados em Constituição, não tinham de fato sido realizados. As condições da economia internacional também beneficiaram o valor das exportações de América Latina e em consequência suas reservas internacionais e suas posições negociadoras. Se observaram ações integradas às políticas macro de desenvolvimento, de escala universal e acompanhadas de mecanismos institucionais de controle da efetividade. Novos conceitos de pobreza e de condições sociais da exclusão são incorporados tanto nos debates como na própria elaboração e execução das políticas públicas (SEN, 1992; ONU, 2000; CEPAL, 2010 e 2017). Neste contexto, foram idealizadas e implementadas políticas públicas para ampliação e melhoria da saúde, educação e inserção produtiva da população em vários países da região.

No período do movimento político favorável à melhoria na distribuição de renda na região de América Latina se registrou a expansão do emprego com aumentos salariais reais, o aumento de postos de trabalho de boa qualidade e de período integral, assim como a remuneração média por jornada trabalhada, isto provocou a diminuição da disparidade entre as rendas médias dos trabalhadores da região. Contribuíram neste movimento as políticas mais ativas de melhoria do salário-mínimo e de transferência de renda implementadas em vários países da região.

Mas, as diferenças de governos e políticas públicas vão além do cenário econômico, apesar da centralidade da economia até mesmo na visão dos que buscam enfrentar os problemas sociais e combater a dinâmica excludente do mercado seja predominante. As políticas públicas sociais trouxeram novidade também no âmbito das relações internacionais, por exemplo, diante das negociações multilaterais que se processavam na época, se buscou a complementação produtiva, a diversificação, e a integração regional de América Latina. Surgem mecanismos multilaterais de negociação e se incentiva a cooperação estratégica em diversos assuntos estratégicos dos países. (PORTA, 2008).

Se somam ainda a estes aspectos, aqueles vinculados às condições da população em termos de acesso aos serviços de saúde, proteção social e seguridade social. No bojo das discussões sobre a política pública se aprofundou a ideia da atuação do Estado e de como ele se defronta com desafios cada vez complexos, representados pelas incertezas quanto à dinâmica de crescimento regional, o fim do benefício demográfico e a baixa capacidade fiscal de controlar a contribuição dos grandes grupos econômico-financeiros. Por tudo isto, é evidente a necessidade de prestar atenção ao fortalecimento da política diante do mercado e à consolidação dos mecanismos que impulsionam a melhoria na distribuição da renda e na diminuição da pobreza – do qual foram testemunhas vários países nos últimos anos em América Latina. A abordagem em favor das políticas públicas sociais ganhou espaço em relação as que privilegiam as posições mais individualistas e de mercado, e também em relação à focalização como princípio balizador da assistência social.

Somente no século XXI, durante esses governos de estratégia desenvolvimentista alguns países passam da focalização das políticas sociais para políticas públicas mais integradas nas que se destaca o maior compromisso dos Estados com a área social. A disponibilidade de recursos públicos para financiamento da proteção social e a promoção de oportunidades na última década demonstra o compromisso público na distribuição da renda das famílias e os problemas de exclusão social. O ponto de vista que prevalece nesta orientação política é o da igualdade de direitos e não apenas de oportunidades da população. Em virtude da realização dos direitos, a sociedade avança para uma abordagem universalista de mecanismos solidários capazes de modificar a situação geradora de pobreza e desigualdade. As políticas sociais dos últimos anos buscaram a sustentabilidade mediante a associação entre crescimento e equidade social, o aprimoramento dos mecanismos de transferência de renda são um exemplo disto pois integram à participação cidadã, o emprego produtivo e os impactos redistributivos, eficazes por seus efeitos multiplicadores da renda.

Isto ocorre juntamente com inovações práticas e teóricas, nas quais as ideias de capital social, coesão e garantias diante do risco voltam a fazer parte do debate e do desenho das políticas públicas. Demonstram, também, renovada preocupação acerca da desigualdade e reconhecem que as lógicas familiares e de mercado são de escopo limitado para o enfrentamento deste problema. Deste modo, o Estado adquire maior peso estratégico na busca de soluções para problemas de desigualdade e bem-estar.” e “constata-se uma tendência geral de aumento do gasto social como proporção do PIB na região, durante as últimas duas décadas.” (CEPAL, Op. Cit., 2010, p. 180).

Porém, depois desses anos, a retomada da posição em favor da liberdade de mercado e da minimização do papel do Estado como agente da política pública se instala novamente nos governos e é louvada na mídia e nos centros financeiros. O déficit fiscal e a dívida pública são apresentados como causadores das crises econômicas, ganha centralidade na discussão política a estabilidade macroeconômica sobre as políticas públicas. Isto explica o tipo de medidas que passa a ser adotadas e as consequências dessas medidas, uma vez que o impacto da crise e a desaceleração da economia provocam novamente pobreza e vulnerabilidade, visto que, em meio da conjuntura de recrudescimento dos problemas sociais, paradoxalmente os governos passam a vetar a disponibilidade de recursos públicos para enfrentá-los.

Durante os anos das políticas sociais viu-se no panorama político a formação de partidos políticos e governos populares e de esquerda que para lutar contra o neoliberalismo assumiram estratégias de revalorização do Estado na formulação e implementação das políticas sociais, revalorização do papel das políticas públicas em sentido geral diante da narrativa contrária dos setores da linha liberal-conservadora e revalorização das políticas keynesianas de emprego, estímulo ao consumo e transferência de renda. A esquerda assumiu no mundo todo um papel crítico do neoliberalismo que longe de revolucionar o capitalismo busca torná-lo menos regressivo em termos humanos através da regulação e da intervenção em processos decisórios que são geradores de assimetrias sociais e fonte de desigualdades. Encontra-se também a ideia de que tornando o processo econômico mais inclusivo mediante regulação e intervenção, a perspectiva de ampliação e multiplicação dos benefícios para a sociedade são maiores. O problema é o embate político das forças em confronto, dado que os setores que atualmente comandam as decisões que movimentam os capitais e tendem a ter implicações poderosas na vida social se encontram cada vez mais concentrados e isolados no mundo globalizado e cada vez mais sujeitos aos interesses rentistas. Conglomerados financeiros ditam posições que podem provocar crise e empobrecimento de regiões inteiras no mundo. Daí que o desafio da política pública hoje seja conjugar o global com o nacional sem perder de vista a possibilidade de criar mecanismos de programas que minimizem os impactos negativos dos mercados.

Na Europa, os partidos de esquerda não conseguiram implementar essas políticas keynesianas integradas a sistemas de proteção social, muito menos confrontar as forças do poder financeiro para diminuir mesmo que modestamente os impactos sociais das restrições impostas a vários países do continente, especialmente para o caso da Grécia. A financeirização da economia global permite comandar largas cadeias de negócios que mobilizam dívidas envolvendo bancos nacionais e internacionais, públicos e

privados, fundos de investimento, empresas e especuladores, enquanto os cidadãos não têm parte ativa nestas decisões a despeito de dependerem cada vez mais dele. Os regimes de liberalização e descentralização que se aprovam nos governos corriqueiramente em diferentes países sob o rótulo de modernização e de participação no mundo globalizado são, na verdade, portadores de liberdades para as decisões especulativas que causam a precarização das famílias e do mundo do trabalho.

Qual seria nesse sentido uma saída efetiva dos setores populares, dos trabalhadores, dos movimentos sociais e partidos de esquerda diante do cenário desolador que impõe o discurso e as práticas do neoliberalismo? A história mostra que nos anos 30, no contexto da crise econômica que pôs em xeque o liberalismo clássico e a metáfora da mão-invisível como autorregulação do livre mercado, as políticas keynesianas surgiram como inovação. Intervenção de Estado e poder do Estado na execução dos gastos e no papel exclusivo de gerador de poder de compra foram a solução para enfrentar a depressão econômica no mundo inteiro. O Estado como empreendedor de projetos de infraestrutura, segurança e serviços públicos e a capacidade do gasto público como elemento anticíclico. O New Deal de Roosevelt foi reproduzido extensamente na segunda metade do século XX e ajudou os países na formação das suas indústrias, na formalização dos direitos trabalhistas e na formação das classes médias.

Entretanto, tem que se reconhecer atualmente os novos condicionantes sociais do mundo contemporâneo, a financeirização do mundo, as forças econômicas concentradas em nível planetário, a fixação da taxa de lucro por setores rentistas, a concentração de poder nos meios de comunicação e no processo de distribuição dos frutos do progresso técnico. A avaliação tem de ser cuidadosa uma vez que são forças estruturais que possibilitaram a recomposição dos setores mais conservadores e do discurso político que hoje retoma posições a par da desqualificação das políticas públicas, dos seus resultados, do orçamento que elas demandam e, em geral, dos mecanismos de progressão social, que perdem valor entre os cidadãos dominados pelo discurso mediático que promove a mão-invisível e o mecanismo autorregulador dos mercados. A atuação dessas forças podem ser vistas no financiamento da política, por meio do financiamento das campanhas eleitorais, como veremos no tópico a seguir.

DISPUTA ECONÔMICA E AGRAVAMENTO DA CRISE POLÍTICA: UM OLHAR SOBRE O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Passamos agora a um tópico de cunho mais puramente político (no sentido disciplinar) nesta varredura dos desafios do campo de públicas em face de uma crise que, é mister enfatizar, não é apenas brasileira. Tratamos especificamente da relação entre dinheiro e democracia, ou seja, como aquele afeta a qualidade desta. Para tanto, é necessário trazermos uma breve contextualização.

A democracia frequentemente aparece como um valor em si mesmo e, nesse sentido, uma teleologia a orientar todos os sistemas políticos na contemporaneidade – vale lembrar a célebre sentença churchilliana, definidora da mentalidade política ocidental no pós-guerra. Com efeito, não foram poucos os que olharam para o mundo resultante da terceira onda de democratização, decorrente das transições no terceiro mundo e da crise do socialismo real no Leste europeu. Pensadores como Francis Fukuyama (2006), especialmente no fim do século XX, enxergaram um caminho inevitável de consolidação do modelo democrático liberal e capitalista em todas as partes do mundo, ainda que em diversos graus e versões. O autor chegou a falar em fim da história, se entende-se esta como a trajetória de mudanças estruturais nos sistemas econômicos e políticos.

Já quase do final da segunda década do século XXI é possível vislumbrar cenário bastante distinto, com um gradual refluxo no consenso em torno da difusão da democracia como devir único. Retrocessos em diversos países puseram em relevo contribuições teóricas que claramente afirmam a possibilidade de uma redução na qualidade da democracia em diversas sociedades. Em sua obra *Democracy*, Charles Tilly (2007) vale-se de um modelo que avalia capacidades estatais e liberdades políticas para inventariar diversos desses casos, comprovando que não há segurança de que a democracia é o único vetor dos

sistemas políticos.

O mundo estaria entrando em uma recessão democrática, para empregar o conceito de Larry Diamond (2015)? Há vários indícios nesse sentido. A despeito das diversas críticas que se possam endereçar aos índices de democracia existentes, é forçoso reconhecer que eles, ao menos, permitem comparações entre os países em perspectiva longitudinal, a partir do acúmulo de pesquisas em anos sucessivos. Um desses índices bastante conhecido é o Índice de Democracia, da *Economist Intelligence Unit* (EIU, 2017), organização ligada ao grupo que edita a revista britânica *The Economist*.

Não é nosso propósito uma exploração detalhada desses índices, mas um conjunto de dados é bastante eloquente. No primeiro ano da pesquisa, 2006, 26 países eram democracias plenas; em 2017, este número caiu para 19. Naquele ano, 85 regimes eram híbridos ou autoritários (ou seja, não democráticos), enquanto no último ano, este número subiu para 91. Talvez essas diferenças não sejam significativas se aplicarmos algum teste estatístico, porém elas não deixam de indicar uma tendência que seria muito pouco esperada na virada do século.

As razões para a inflexão no incremento das democracias são as mais diversas e estão apontadas, inclusive, nos relatórios anuais que trazem os índices em tela. Para além dos problemas mais tradicionalmente enfocados – baixa capacidade estatal, instituições e práticas autoritárias, ameaças de toda ordem às liberdades civis e aos direitos humanos, abordamos aqui a que nos concerne mais diretamente, que é o financiamento da política, em especial, das campanhas eleitorais.

E o Brasil neste cenário? O país é uma das sociedades que pode estar entrando em uma recessão democrática. Nosso argumento central é que tal processo resulta da fadiga de um sistema em que os interesses particularistas de grupos impôs-se sobre as agendas públicas, mais do que as demandas do cidadãos que elegem os governos. Estes não deixaram de ser menos responsivos a estes do que àqueles. Falharam os mecanismos de *accountability* vertical que caracterizam e robustecem o sistema democrático. O dinheiro, enfim, falou mais alto e praticamente ditou os resultados eleitorais de todas as eleições realizadas no país desde a redemocratização, com impactos diretos nas arenas decisórias do executivo e do legislativo.

Antes de tratar especificamente do Brasil, precisamos situar o debate sobre a influência do poder econômico sobre a política. Há duas frases empregadas pelo cientista político argentino Daniel Zovatto que sintetizam o problema: 1) “A democracia não tem preço, mas tem custos.” 2) “O tema do financiamento da política converteu-se em uma verdadeira dor de cabeça para as democracias atuais.” (ZOVATTO, 2005).

Com efeito, a democracia e sua qualidade têm dois fundamentos que podem confrontar-se em alguns momentos: o primeiro é a igualdade de condições de competição entre as diversas tendências sociais e correntes do sistema político; o segundo é a liberdade para apoiar partidos e candidatos, inclusive financeiramente, por meio de doações de campanha, por exemplo. O principal dilema decorrente deste confronto nos é apontado por Adam Przeworski (2012). Em sociedades com profundas assimetrias materiais e simbólicas, a aplicação do segundo princípio produz grande desigualdade de condições. Isso representa uma forte barreira à qualidade da democracia. Em uma analogia que já se transformou em um clichê, é como deixar a raposa e a galinha livres em um mesmo terreno.

Há evidências empíricas de que, em relação ao financiamento da política, nenhuma democracia está livre de problemas (BOURDOUKAN, 2009; FALGUERA; JONES & OHMAN, 2014; HOROCHOVSKI et al., 2016). Na África, o problema principal é a origem ilícita de quase todas as doações, em geral de grupos estadunidenses e europeus com interesses na exploração de recursos naturais do continente. Na Ásia, as redes de clientelismo controladas por tradicionais dinastias políticas e econômicas, inclusive no Japão. No Leste Europeu, a extrapolação sistemática dos limites de arrecadação com aplicação seletiva da Lei sobre as oposições, enquanto os governos autoritários fazem o que querem. Na Europa Ocidental, a redução da participação de pequenos doadores individuais, com o fortalecimento das grandes corporações e o aumento da dependência de recursos públicos. Nos EUA, a crescente influência do *soft money*, o dinheiro

oriundo dos grupos de pressão organizados em *lobbies* e *think tanks*, por exemplo. Na América Latina, a prevalência do dinheiro ilegal, principalmente em países dominados pelo crime organizado (a narcopolítica é um fato).

Dada a dimensão que o tema adquiriu no Brasil – lembremos que os principais escândalos de corrupção das três últimas décadas estão vinculados às relações entre interesses empresariais e agentes políticos –, o financiamento da política se transformou em um campo próprio de pesquisas, principalmente a partir da disponibilização de todos os dados eleitorais a partir de 2002. Wagner Mancuso (2015), em um balanço crítico da literatura sobre o que ele denomina investimento eleitoral no Brasil, enxerga três principais linhas de investigação.

A primeira linha investiga as relações entre dinheiro e voto. Seu principal achado é a altíssima correlação entre quantidade de dinheiro investida e a votação de partidos e candidatos no país (FIGUEIREDO FILHO, 2009; PEIXOTO, 2010; SAMUELS, 2001). A segunda investiga os benefícios para financiadores, o que eles querem ao investir em campanhas. A descoberta central é que grupos de interesse financiam candidatos e partidos para influenciar processos decisórios e a alocação do orçamento público (BOAS; HIDALGO & RICHARDSON, 2014; MEZZARANA, 2011; ROCHA, 2011; SANTOS, 2011). A terceira linha estuda o perfil dos financiados. Grandes partidos, além de homens, brancos, de alta renda, escolaridade e capital político são os principais beneficiários do financiamento de campanha (SACCHET & SPECK, 2011; SAMUELS, 2002; SANTOS, 2009).

Em todas as pesquisas, revela-se um jogo amplamente desigual. Além dessas tendências, nos últimos anos vêm se consolidando uma corrente, da qual participa um dos autores deste artigo, que acrescenta nas análises atributos relacionais, que posicionam os agentes em redes de financiamento a partir dos vínculos que estabelecem entre si. Os dados empíricos a que nos remetemos decorrem dessa linha de investigação. Antes, porém de apresentá-los, é necessário trazer uma brevíssima caracterização do desenho institucional das eleições no Brasil.

Adotamos um sistema eleitoral misto. Nas eleições de Presidente, Governadores, Senadores e Prefeitos vigora a fórmula majoritária; para deputados federais e estaduais e vereadores, o sistema proporcional de lista aberta, com coligações e voto transferível. Essa configuração torna as campanhas muito caras no país, já que todos concorrem contra todos.

Para enfrentar os custos das campanhas, criamos um modelo de financiamento misto. De um lado, temos o financiamento público, mediante dois mecanismos: Fundo Partidário (FP) e, a partir de 2018, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), visando a substituir o financiamento de empresas que foi proibido em 2015. O volume de ambos é condicionado pelo desempenho eleitoral anterior de cada partido. De outro lado, temos o financiamento privado (atualmente apenas de pessoas físicas). Ele não tem limites fixos – variam em função da capacidade econômica do doador. Quanto mais rico, mais pode doar. Ademais, o modelo não apresenta critérios efetivos que imponham uma distribuição equitativa dos recursos.

O resultado desta combinação de sistema eleitoral e modelo de financiamento é multipartidarismo e custos de campanha exacerbados e gerador de profundas assimetrias. Alguns números das eleições de 2014 o atestam. Aquele pleito elegeu a presidenta, governadores, um terço dos senadores, além de deputados federais e estaduais. As planilhas de prestação de contas de candidatos, diretórios partidários e comitês financeiros registram mais de 450 mil receitas, que somaram cerca de 4,2 bilhões de reais e foram transacionadas entre pouco mais de 185 mil atores entre pessoas físicas, pessoas jurídicas, candidatos e agentes partidários (diretórios e comitês financeiros).

As pessoas físicas que efetuaram doações de campanha eram a maioria, quase 143 mil (77%), seguidas por aproximadamente 25 mil candidatos (disputando 1626 vagas), 16 mil pessoas jurídicas/empresas e 653 agentes partidários. Um procedimento simples, a aplicação de um filtro sobre a rede formada por esses agentes, revela como o financiamento político é um jogo muito desigual. Quando mantemos na rede apenas aqueles agentes que fizeram dez ou mais doações, totalizando pelo menos 50 mil reais – vale

dizer, um filtro não muito exigente – promovemos uma redução muito drástica na rede: sobram apenas três pessoas físicas, 239 empresas e 3.352 candidatos, em sua grande maioria homens, brancos, de alta escolaridade e rendimento e capital político. Neste grupo reduzido de atores, menos de três por cento dos participantes originais da rede de financiamento, encontram-se quase 85% os eleitos (1.324) – incluindo a Presidenta da República, 25 governadores e 26 senadores (análises mais aprofundadas desses dados podem ser encontradas em (JUNCKES; HOROCHOVSKI & CAMARGO, 2016)).

É interessante notar que o capital não tem ideologias, preconceitos – apenas em relação a quem não é competitivo. A doação é uma ação estratégica dessas organizações e elas escolhem os partidos com mais chances. Um exemplo disso: considerando apenas as eleições presidenciais, as empresas do setor bancário claramente concentraram quase todos os seus recursos nas duas campanhas mais competitivas (MANCUSO; HOROCHOVSKI & CAMARGO, 2016)

O financiamento político no Brasil é um jogo profundamente desigual, que aprofunda o fenômeno do tabuleiro inclinado, no qual quem está na parte de baixo tem maior dificuldade para mover suas peças. Além de ter uma das campanhas mais caras do mundo, os recursos são praticamente monopolizados por uma pequena elite de empresas, grandes partidos e políticos tradicionais, cerca de cinco mil jogadores em mais de 207 milhões de pessoas. Isso revela a sub-representação de grandes parcelas da população, formada principalmente por mulheres e por não brancos (SILVA et al., 2017). A política reflete, nesse caso, o próprio mundo corporativo, em cuja direção predomina o homem branco. Mesmo a proibição do financiamento empresarial ainda não parece ter surtido efeito, já que cidadãos ricos continuam tendo mais condições de financiarem campanhas, na proporção de sua riqueza, e os partidos continuam podendo concentrar seus recursos em poucos candidatos.

A relação entre esta concentração econômica (entre as várias existentes no Brasil) e déficits democráticos históricos é evidente na medida em que impõe limites à *accountability* vertical, com os agentes políticos mais responsivos aos seus financiadores do que aos seus constituintes. Neste contexto, a sustentabilidade dos governos é o mundo dos negócios. Quando retira seu apoio, os governos encontram dificuldades e podem cair. É um problema geral das democracias baseadas na economia de mercado, mas amplificado no Brasil. Encontra-se aí um dos pilares centrais da grave crise institucional pela qual a democracia brasileira passou nos últimos anos e que pode sinalizar um novo padrão de instabilidade para outros países latino-americanos. O desafio do campo de públicas, neste caso, é ir além do diagnóstico do fenômeno, propondo alternativas de reforma política que tornem as campanhas mais equitativas.

DESAFIOS AO CAMPO DE PÚBLICAS NA REORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Ao contrário de países, como os EUA, em que a administração pública foi se consolidando concomitantemente à estruturação de um campo científico – *Policy Analysis* – e o convencimento da formação de quadros técnicos para atuação na administração pública foi sendo reforçado pelo campo; no Brasil, a instabilidade política e econômica e a imaturidade democrática geraram atrasos significativos no convencimento e na consolidação do campo de públicas. Um sinal disso pode ser inferido na dificuldade e na decorrente demora pela aprovação das Diretrizes Curriculares Específicas para os Cursos de Administração Pública, que somente ocorreu em 2014.

A despeito do avanço do campo científico no Brasil, que foi ocorrendo ao longo das últimas quatro décadas pela incorporação das discussões sobre Políticas Públicas nos Programas de Pós-graduação, e da conquista da institucionalização da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), o campo de públicas é muito recente, implicando em possível fragilidade frente às disputas no direcionamento do Estado.

A formação em Administração Pública nos remete à década de 1950/60, quando da criação da Escola

Brasileira de Administração Pública (EBAP) da FGV em 1952, em contexto de fortalecimento do Estado brasileiro e da preocupação com a formação de quadros técnicos da administração pública (ETULAIN, SERAFIM, 2016). Sob forte inspiração dos estudos da Análise de Política Pública (Policy Analysis), que se fortaleciam nos EUA, no pós-II Guerra Mundial, derivado do crescente intervencionismo estatal, o curso da EBAPE se estruturou (FARAH, 2011).

O auxílio da Fundação Ford e das universidades norte-americanas, a partir da formação de mestres e doutores para que estes passassem a encorpar o quadro docente próprio da EBAP, deram a tônica ao início do ensino superior em Administração Pública no Brasil. Além do emprego de docentes vindos de países estrangeiros, a adoção de práticas administrativas norte-americanas, principalmente de técnicas de *house-keep-activities* (atividades-meio) aplicadas ao setor público foram incorporadas (COELHO; NICOLINI, 2011). O perfil do curso da EBAP se assemelhava às propostas do campo da *policy analysis*, buscando a aproximação entre a academia e os *policy makers*, situação esta que permitiria formar profissionais capazes de analisar e explicar problemas públicos, bem como de propor alternativas (FARAH, 2013). Isto é, buscava-se tanto a “análise da política” quanto “análise para a política pública”.

A temática da política pública foi, ao longo dos anos, sendo incorporada paulatinamente em programas de pós-graduação da Ciência Política, com destaque para o mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (FARAH, 2016). Com isso, esperava-se, dentro dessa aproximação, tanto a formação de profissionais qualificados para o exercício direto de funções de direção e assessoramento no setor público, quanto a formação de comunidade científica (pesquisadores e docentes).

Apesar da formação em Administração Pública ter tido um papel central no projeto nacional-desenvolvimentista, tendo seu apogeu na reforma administrativa do início dos anos 60, a área deixou de ser valorizada após o golpe militar de 1964 (FISCHER, 1984). Adicionalmente, a Fundação Ford foi deixando de apoiar financeiramente os cursos de Administração Pública, agregando um elemento ao declínio. Outro elemento, que afetou e que prevalece até hoje, é a hegemonia exercida no campo da Administração pela área de Administração de Empresas. Segundo Farah (2016, p. 197),

Esta hegemonia implicou uma diluição da formação em Administração Pública numa formação genérica voltada à administração “de qualquer organização”, tendência que prevaleceu até muito recentemente no Brasil (Conferência, 1967; Farah, 2013). Os cursos de mestrado em Administração Pública, a partir daí, perderam espaço, com impacto sobre a pesquisa e a formação em políticas públicas (FARAH, 2011; 2013).

Com isso, apesar de tentativas nos anos 80, com a criação do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (GT de Políticas Públicas), da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e do Núcleo de Estudos de Políticas (NEPP) da UNICAMP, criado em 1986, a formação em Administração Pública e Políticas Públicas não conseguiu espaço suficiente para caminhar com uma formação independente na perspectiva de ser uma disciplina-mãe. A formação continuou se dando de forma dispersa em 05 cursos de graduação e nos cursos de pós-graduação de diferentes áreas, com áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas em políticas públicas.

O cenário começou a mudar a partir dos anos 2000, quando ocorreu um aumento significativo no número de cursos de graduação (passando de 05 cursos em 2000 para 171 cursos em 2012) e de programas de pós-graduação, que expandiu também de 05 para 39 programas de mestrado e/ou doutorado em políticas públicas, administração pública e áreas correlatas. Os dados da CAPES e do Ministério da Educação mostram que houve um crescimento acentuado pós-2007. Isso ocorreu, segundo Farah (2016), sob influência das medidas governamentais que fomentaram o programa Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), assim como sob a influência da retomada da

intervenção estatal (mesmo condicionante da década de 1950).

Com o crescimento de número de cursos, a discussão sobre Diretrizes Curriculares Específicas para Cursos de Graduação em Administração Pública retornou a agenda em 2007, conferindo não só legitimidade ao pedido, mas escala de interessados. Por conta da hegemonia exercida no campo da Administração pela área de Administração de Empresas, o assunto sempre foi objeto de resistência, em especial por parte do Conselho Federal de Administração. Com isso, mesmo com a expansão dos cursos de Administração Pública e áreas correlatas, tanto presenciais quanto à distância (via Programa Nacional de Formação em Administração Pública-PNAP), o reconhecimento só ocorreu em dezembro de 2013, sendo instituída em janeiro de 2014.

É neste momento que, os professores e pesquisadores envolvidos nesse processo de reconhecimento, conforma-se uma rede política e epistêmica denominada de “Campo de Públicas” (PIRES et al., 2014; AZEVEDO, COELHO, 2010). A articulação em torno de uma agenda comum culminou na criação, em 2015, da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP).

Diferentemente dos EUA, em que um campo científico foi se consolidando e reafirmando a importância da formação de quadros técnicos para administração, em um processo de aproximação entre academia e *policy makers*, o nosso cenário não imprimiu a mesma tônica. Ainda que a criação de cursos de graduação em Administração pública sempre esteve conectada aos condicionantes socioeconômico e políticos, em que o Estado caminhava em uma perspectiva de crescente intervenção estatal, a relação entre academia, campo científico, e *policy makers*, campo de atuação, sempre foi fragilizada, não impulsionando o que o campo da *Policy Analysis* sempre inferiu como o princípio de sua própria existência enquanto campo: a possibilidade de analisar/explicar a política pública para conformá-la. A dissociação entre reflexão e a ação não pode ocorrer. É neste princípio que o convencimento e a legitimidade do campo, dos cursos e da atuação dos diferentes atores ganham força.

Neste sentido, o desafio do campo de públicas, dentro desse cenário, é ir além do diagnóstico da crise político-institucional instaurada no contexto brasileiro atual, compreendendo a relação entre concentração econômica e déficits democráticos. Espera-se que o campo de públicas avance no processo de legitimação e de reconhecimento de que o campo científico (a academia) e o campo de atuação (*policy makers*) devam estar próximos. A partir disso, seria possível (e desejável) constituir um conjunto de elementos que possibilite um olhar explicativo-normativo sobre o contexto socioeconômico atual e as retóricas que reforçam constantemente a primazia do econômico sobre outras esferas da vida social. Permitindo assim propor alternativas de políticas, sejam aquelas concernentes à reforma política, permitindo à efetivação da *accountability* vertical. Caberia ao campo de públicas atuar de forma mais assertiva ao campo de atuação, configurando uma atuação *policy-oriented*, que passaria por uma adequação do seu campo de estudo que contemple pesquisas relevantes e orientadas às necessidades da *Policy*, *Politics* e *Polity* (SERAFIM, DIAS, 2012), que conformam o Estado e sua relação com a Sociedade. Isto é, o Campo de Públicas precisa confirmar seu papel enquanto ator que advoga e prescreve propostas e alternativas ao setor público, conjuntamente com *policy makers*, conformando uma *advocacy coalition*, na disputa ideológica e material dos elementos que condicionam o Estado em ação.

REFERÊNCIAS

- BAIROCH, Paul. *Mythes et paradoxes de l'histoire économique*, Paris, La Découverte, 1994.
- BOAS, Taylor C.; HIDALGO, Daniel.; RICHARDSON, Neal P. The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 76, n. 2, p. 415–429, 2014.
- BOURDOUKAN, Adla Youssef. O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada. Tese de doutorado em Ciência Política: São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CASTELLANO, Fernando López. Economía política del desarrollo, análisis poscolonial y "malos samaritanos. Prob. Des vol.43 no.169 México abr./jun. 2012.

CEPAL, La hora de la igualdad, Chile: Cepal, 2010.

----- Balanço preliminar das economias da América Latina e do Caribe, Chile: Cepal, 2017.

CHANG, Ha-Joon, ¿Qué fue del buen samaritano? Naciones ricas, políticas pobres, Madrid, Intermón/Oxfam, 2008.

_____, "La relación entre las instituciones y el desarrollo económico. Problemas teóricos claves", en Revista de Economía Institucional, vol. 8, núm. 14, Bogotá, Universidad del Externado, 2006, pp. 125-136.

_____, Retirar la escalera: la estrategia del desarrollo en perspectiva histórica, Los Libros de la Catarata, Madrid, 2004. Chang, Ha-Joon, Ilene Grebel, Reivindicar el el desarrollo, Madrid, Intermón/Oxfam, 2006.

COELHO, Fernando; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). Revista de Administração Pública, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014.

DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. Journal of Democracy, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.

EIU – Economist Intelligence Unit. Democracy Index 2017: Free speech under attack, 2017. Disponível em: http://www.eiu.com/public/thankyou_download.aspx?activity=download&campaignid=DemocracyIndex2017

ETULAIN, Carlos Raul; SERAFIM, Milena Pavan. A evolução do curso de Gestão de Políticas Públicas para Administração Pública: o caso da UNICAMP. In: VENDRAMINI, Patrícia; ALMEIDA, Lindijane de Souza B. (Org.). Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil. 1ed. Florianópolis: UDESC, v. 1, p. 122-142, 2016.

FALGUERA, Elin; JONES, Samuel; OHMAN, Magnus. Funding of political parties and election campaigns: A handbook on political finance. Stokholm: IDEA, 2014.

FARAH, Marta Ferreira S. Administração Pública e Políticas Públicas. Revista de Administração Pública, RAP, 45 (3), 2011, p. 813-36.

FARAH, Marta Ferreira S. A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio P. (eds.). A política pública como campo multidisciplinar (pp. 91-126). São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. Tese: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

FISCHER, Tânia. Administração Pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. Revista de Administração de Empresas, 24 (4), pp. 278-288, 1984.

FUKUYAMA, Francis. The end of history and the last man. [s.l.] Simon and Schuster, 2006.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. et al. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. Opinião Pública, v. 22, n. 1, p. 28-55, 2016.

JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Redes de financiadores, partidos políticos e candidatos nas eleições de 2014 no Brasil. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Anais. Belo Horizonte, 30 ago. a 2 set. 2016.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Empresários e

- financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. *Teoria & Pesquisa. Revista de Ciência Política*, v. 25, n. 3, p. 38–64, 2016.
- MEZZARANA, Flavia Spinelli. Poder econômico na política: a influência dos financiadores de campanha na atuação parlamentar. Monografia em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do milênio, 2000.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes. Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. Tese de doutorado em Ciência Política—Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- PORTA, Fernando. La integración sudamericana en perspectiva: problemas y dilemas. CEPAL – Colección Documentos de proyectos, Buenos Aires, 2008.
- PRZEWORSKI, Adam. Democracy, redistribution, and Equality. *Brazilian Political Science Review*, v. 6, n. 1, p. 11, 2012.
- ROCHA, Danylo. Relações entre dispêndios do BNDES e financiamento eleitoral no governo Lula: uma análise empírica. Anais. 35º Encontro da Anpocs, Caxambu, 2011.
- SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Partidos políticos e (sub) representação feminina nas esferas legislativas: um estudo sobre recrutamento eleitoral e financiamento de campanhas. Conferência IPSA-ECPR “Whatever Happened to North-South. Anais. São Paulo, 2011.
- SAMUELS, David. Incumbents and challengers on a level playing field: assessing the impact of campaign finance in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 63, n. 2, p. 569–584, 2001.
- SAMUELS, David. Pork barreling is not credit claiming or advertising: Campaign finance and the sources of the personal vote in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845–863, 2002.
- SANTOS, Rodrigo Dolandeli. A Economia Política das Eleições 2002. Um Estudo Sobre a Concentração de Financiamento de Campanha para Deputado Federal. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas, Universidade de Campinas, 2009.
- SANTOS, Manoel Leonardo. O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. Tese de Doutorado em Ciência Política. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- SERAFIM, Milena; DIAS, Rafael. Análise de política: uma revisão da literatura. *Cadernos Gestão Social*, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.
- SCHEDLER, Andreas. et al. Conceptualizing accountability. *The self-restraining state: Power and accountability in new democracies*. Lynne Rienner Publishers 1999.
- SEN, Amartya. *Inequality Reexamined*. Harvard University Press, 1992.
- SILVA, Edson Armando. et al. Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 8, n. 1, p. 251-272, 2017.
- TILLY, Charles. *Democracy*. [s.l.] Cambridge University Press, 2007.
- ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 287–336, 2005.